



François Bayrou recebeu o apoio de peso do antigo primeiro-ministro socialista Lionel Jospin.

EPA/CHRISTOPHE PETIT TESSON

Bayrou conta sobreviver a moção de censura

FRANÇA Governo contorna os deputados ao aprovar orçamento do Estado e lei da Segurança Social, mas espera apoio dos socialistas.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

O primeiro-ministro francês vai recorrer ao instrumento previsto na Constituição que permite a aprovação de leis que evita a sua passagem pela Assembleia, para aprovar o orçamento do Estado e a lei do financiamento da Segurança Social. A consequente moção de censura a acionar pela extrema-esquerda não deverá ter o voto dos socialistas.

“O primeiro-ministro pode, após deliberação do Conselho de Ministros, assumir a responsabilidade do governo perante a Assembleia Nacional pela votação de uma proposta de lei de finanças ou de uma proposta de lei de financiamento da Segurança Social. Neste caso, a proposta de lei considera-se aprovada, salvo se for aprovada uma moção de censura, apresentada nas 24 horas seguintes”, reza a alínea 3 do artigo 49 da Constituição francesa (conhecido como 49.3). Recurso controverso usado por governos com minoria parlamentar, irá ser de novo usado, anunciou François Bayrou numa entrevista ao *La Tribune Dimanche*. Nas palavras de Bayrou, trata-se de um instrumento de “saída da crise” para “passar à adoção” do orça-

mento, que tinha sido já validado pela comissão mista de deputados e senadores. Depois deste compromisso elaborado pela coligação governamental, com concessões em especial ao Partido Socialista, avaliadas “cerca de 5 mil milhões” de euros em relação ao projeto inicial do anterior primeiro-ministro Michel Barnier, o orçamento para 2025 permitirá manter o défice no valor anunciado de 5,4% do PIB, garante o primeiro-ministro. Esse corte de 0,6 pontos em relação ao ano anterior é feito à custa de 50 mil milhões de euros: 30 mil milhões de cortes e 20 mil milhões de aumento de receitas.

113

Ocasões Em que a alínea 3 do artigo 49 da Constituição foi invocada para aprovar legislação, contornando a Assembleia Nacional. Michel Rocard (1988-1991) foi o PM que mais recorreu a este esquema (28 vezes).

À extrema-direita, Marine Le Pen fala de eleições antecipadas e à extrema-esquerda a França Insubmissa promete moção de censura, no que deverão ser apoiados por comunistas e ecologistas. Oficialmente, o PS ainda não definiu o sentido de voto. Mas o apelo do seu antigo primeiro-ministro e candidato presidencial Lionel Jospin para que a esquerda não vote a favor da moção de censura não deverá cair em saco roto. “Não se censura por causa de uma palavra”, disse ainda em entrevista à France 5, numa referência a uma frase de Bayrou que fez polémica. Há dias, o centrista afirmou que a França sofre uma “inundação migratória”.

“Estaremos a negar a realidade se não conseguirmos ver que os nossos cidadãos estão profundamente preocupados com a nossa incapacidade de regular a imigração”, defendeu Bayrou na referida entrevista ao *La Tribune*, e na qual afirmou que “os franceses não querem viver de censura em censura, de dissolução em dissolução” e advertiu os partidos que “a concretização dessas ameaças será rejeitada com indignação pelos franceses”.



Opinião
Raúl M. Braga Pires

República Democrática do Congo – “Mais advogados e menos tropas da ONU”!

Em rigor, trata-se de uma nova fase, a partir da que foi iniciada em 2021 (o início do início, data de 2012), com os avanços do Grupo M23, rebelde e apoiado pelo Ruanda do Presidente (PR) Paul Kagamé. A razão oficial que sustenta esta ingerência ruandesa no leste (Kivu Norte) da República Democrática do Congo (RDC), não se prende, antes, pendurando-se, na defesa das diferentes comunidades tutsis em ambos os lados da fronteira.

Primeira nota, relativamente à questão étnica, Vava Tampa, activista dos direitos humanos no Congo, ironiza com um: “Não há um problema étnico no Congo, há cerca de 500 etnias no país e somos todos minorias. Não há um grupo maioritário, preponderante perante os restantes!”

Segunda nota, certamente a razão para a ingerência ruandesa no Kivu Norte, encontra explicação, onde a doutrina não diverge, nos omnipresentes recursos minerais em qualquer lóguia de terra africana! Com o M23 “a cantar as Janeiras” em Goma, desde 27 último, tratou-se do passo inevitável após ocupação da Mina de Rubaya, o maior produtor de Coltan do mundo. De acordo com especialistas das Nações Unidas, quem controla esta mina recebe, só em “impostos”, 800 mil dólares mês!

Terceira nota, as consequências inerentes a esta contradição entre “protecção de tutsis versus Coltan”, quem ficou com a vida insuportável são os tutsis congolezes!

Um Tribunal Criminal Internacional para o Congo, a MONUSCO, a Missão de Estabilização na RDC, será certamente o maior esforço militar onusiano em África, não conseguindo evitar os avanços dos

rebeldes. Em reacção, as elites congolezas e regionais, sobretudo académicos, cujas ideias rapidamente se disseminam pelos cafés e mercados, pedem “menos soldados e mais advogados da ONU”! Mais, clamam que “este é o momento para a criação de um Tribunal Criminal Internacional para a RDC”. Porquê? Voltamos a Vava Tampa, que justifica: “Já tentámos tudo, tratados de paz, eleições, reunir todas as gangues à mesma mesa e nada funcionou. Nada trouxe qualquer tipo de justiça ou segurança ao povo congolês. Por isso pedimos mais advogados e menos tropas da ONU. Precisamos de um Tribunal Internacional para parar a impunidade do Senhor Kagamé, que financia este conflito em proveito próprio”!

Muito bem, mas isto leva o seu tempo e, entretanto, o M23 avança para o Kivu Sul. O problema actual tem a ver com a pressão internacional, que não está a acontecer como em fases anteriores. Em 2012, por exemplo, a pouca ajuda que os Estados Unidos deram a Kigali (200 mil dólares), abriram as portas às pequenas ajudas da UE através da neutra Escandinávia, Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento Africano, todos contribuíram com valores residuais, adiando a tormenta uma década (2012-21). E o que falta agora?

Volto a considerar a oportunidade que este conflito, este ano, abre à presidência da União Africana do PR João Lourenço e à diplomacia angolana. Com votos de sucessos meus Kambas!

Político/arabista
www.maghreb-machrek.pt
Escreve de acordo com a antiga ortografia